

GESTÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA AS ONGs¹

Flávia de Magalhães Alvim²

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio³

Resumo:

O artigo discute a inserção internacional de organizações não-governamentais, apontando perspectivas, dilemas e desafios para a gestão de projetos de desenvolvimento sócio-comunitário. Para tanto, os autores discutem a evolução histórica da presença não-governamental nos fóruns de negociação internacional, paralelamente ao estudo das abordagens que caracterizaram a cooperação para o desenvolvimento entre os países. A seguir são discutidas os condicionantes para a articulação de interações e parcerias entre organizações não-governamentais, governos, organismos internacionais e agências bi e multi-laterais de cooperação. As conclusões apontam novas perspectivas de atuação não-governamental na esfera da cooperação internacional, que trazem novas dimensões para problemas estruturais que caracterizam as relações entre “Norte” e “Sul” globais.

1. INTRODUÇÃO

A ocorrência de novos fenômenos sociais tem alterado significativamente as formas de relacionamento entre os diversos atores da sociedade. Nesse contexto, o crescimento em número e importância das organizações não-governamentais (ONGs) tem ocupado um espaço de destaque na realidade sócio-política brasileira e internacional. Cada vez mais, as ONGs adotam uma postura ativa e são objeto de análises diversas, estando, inclusive, em manchetes de jornais devido às suas atividades de monitoramento, prestação de serviços de interesse público, *lobby* junto a instâncias decisórias, participação na concepção de projetos de cooperação, formação de redes, organização de campanhas de conscientização, parceria com diversos atores, denúncia, dentre outras.

Nesse contexto, a propagação de ONGs e outras entidades sociais sem fins lucrativos atuando na esfera internacional é fenômeno relativamente novo e pouco estudado, o que revela a necessidade de se aprofundar na compreensão das trajetórias históricas e das questões teórico-conceituais relacionadas ao tema. Mais especificamente, a consolidação do que se convencionou-se denominar sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento começa a definir uma esfera de ação na qual ONGs com características distintas participam de diversas formas.

O presente artigo se propõe a identificar e analisar a articulação entre as ONGs locais que fazem um papel intermediário nesse processo e as ONGs internacionais que têm sede nos países em desenvolvimento nos quais intervêm, analisando a emergência das ONGs como atores sociais relevantes e considerando o contexto histórico do sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento.

A discussão pretende contribuir para uma melhor compreensão de um tema pouco estudado e permitindo que os interessados e envolvidos com ONGs refletir sobre a questão

¹ ALVIM, F. M., TEODÓSIO, A. S. S. Gestão da Cooperação Internacional: perspectivas e desafios para as ONGs In: **Anais do XV Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração**. Florianópolis: ANGRAD, 2004. p. 93 – 102.

² falvim@pucminas.br.

³ teodosio@pobox.com; www.teodosio.xpg.com.br; www.armindoteodosio.blogspot.com.

internacional a partir dos fenômenos históricos e atuais da cooperação entre os diversos atores sociais.

O objetivo geral do artigo é analisar o papel desempenhado pelas ONGs no sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento, como forma de esclarecer as inter-relações estabelecidas com esse fim entre os diversos atores vinculados à dinâmica internacional, com ênfase no relacionamento entre ONGs locais e as internacionais.

2. O CONTEXTO INTERNACIONAL DE ATUAÇÃO DAS ONGS

A esfera internacional apresenta características peculiares que a tornam um espaço diferenciado de interação entre os diversos sujeitos sociais. Um de seus aspectos mais complexos, e polêmicos, passa a ser a questão da governança global, ou seja, a busca por coordenação e ordem internacionais. A reflexão a esse respeito permite compreender como têm sido modificadas as estruturas de relacionamento entre os principais atores na esfera internacional, elucidando, portanto, como as ONGs e demais manifestações da sociedade civil organizada adquirem um espaço relevante na arena mundial. Da mesma forma, apreende-se o fenômeno de formação de redes de cooperação voltada para diversos fins, dentre eles, o desenvolvimento, que foi primordial para a própria emergência das ONGs e no qual atuam com destaque. Esse fenômeno também pode ser lido a partir da governança global e de suas decorrências.

Alguns dos pontos em comum sobre as ONGs que podem ser identificados são o pertencimento ao âmbito da sociedade civil, a atuação social em prol da melhoria e transformação da vida de pessoas em desvantagem, e o caráter formal, autônomo e sem fins lucrativos (Álvares, 1999; Aristizábal, 1997; Landim, 2002a; Menescal, 1996; Weiss e Gordenker, 1996).

Por outro lado, há um certo consenso entre os autores de que o termo tem origem e trânsito internacionais, tendo surgido no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), nos finais dos anos 40 (Gohn, 1997; Landim, 2002a; Menescal, 1996; Oliveira, 1999). ONG passou a designar, portanto, “*um universo bastante amplo e vago de organizações com as quais esse Organismo poderia estabelecer consultorias*” (Landim, 2002a, p.216), ou “*entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada ‘desenvolvimento de comunidade’*” (Gohn, 1997, p.54).

Na verdade, Menescal (1996, p.22) lembra que o termo ONG foi primeiramente utilizado na ONU “*para referir organizações que atuavam a nível supra e internacional*”, formalmente definido na Resolução 288 (X) de 1950 do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que tratou por ONGs as organizações internacionais não estabelecidas por acordos governamentais. E esse caráter internacional implícito na definição da ONU, por outro lado, pode ser considerado raiz das dificuldades de se encontrar uma explicação para o que de fato são as ONGs.

A partir do momento em que o termo ONG passou a ser utilizado não somente para as organizações atuantes no nível internacional e supranacional, mas também para organizações atuantes exclusivamente no contexto nacional, passa a ser extremamente difícil dar uma definição minuciosa e universal de ONGs, principalmente ao se levar em consideração que o aspecto típico das ONGs é justamente a sua pluralidade e heterogeneidade (Menescal, 1996).

O termo surgiu dentro da concepção de oposição simplista entre o que é e o que não é governo (Menescal, 1996), de separação entre o público e o privado (Gohn, 1997), que fazia sentido para o contexto e propósitos da ONU naquele momento, mas cujo significado parecia não conseguir abranger a complexidade e especificidade que essas organizações começaram a adquirir em suas atuações. A caracterização das ONGs como aquilo que não é governo

revelaria a dificuldade dos Estados em apreender a verdadeira natureza de um fenômeno que não tem suas raízes na esfera estatal, com uma história, valores e modos de atuação originais (Oliveira, 1999, p. 18-19).

De todo modo, por mais incompleto e vago que fosse, o marco ONG foi incorporado e passou a ser utilizado por diversos atores em variados contextos. Por um lado, Gohn (1997) aponta que organizações seculares como os grupos de religiosos caritativos atuando no Brasil colônia são classificados por alguns autores como as primeiras manifestações desse tipo de organização da sociedade. Por outro lado, Scherer-Warren (1994) *apud* Gohn (1997, p.54) ressalta que as agências de financiamento passaram a usar o termo para “*denominar as organizações intermediárias (os centros) nos países em desenvolvimento, responsáveis pela implementação de projetos junto a organizações de base*”. Ainda, foram consideradas ONGs aquelas organizações criadas no pós-guerra, sediadas nos países industrializados, atuantes na área do desenvolvimento (Menescal, 1996).

Assim, fica mais do que claro que são identificadas como ONGs organizações com histórias, objetivos, funções, atividades e escalas de operação muito diferentes entre si (Álvares, 1999), o que demanda compreender melhor o complexo cenário no qual as ONGs surgem e estão inseridas.

Menescal (1996) assinala que as ONGs começam a ser consideradas “*portadoras de esperança*”, num primeiro momento, e sobretudo, nos países do Norte, nos quais pode ser identificado um crescimento contínuo da canalização de recursos financeiros governamentais para as ONGs como política da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. A autora ressalta que em países como Alemanha, Japão e França esta é uma rotina diária e, em outros, como Suécia, Noruega e Dinamarca, as ONGs não só executam a cooperação, como também agem na formulação de princípios e diretrizes para tal (Menescal, 1996).

Ainda, a análise do surgimento das ONGs na Alemanha feita por Menescal (1996) levanta questões que podem ser consideradas características do fenômeno nos países industrializados em geral, as chamadas “ONGs do Norte”. A autora diferencia quatro momentos principais, a saber: 1) início dos anos 50, quando aparecem as organizações voltadas para a ajuda ao desenvolvimento das ex-colônias e recém-criados países africanos; 2) começo dos anos 60, com a “*constituição e institucionalização oficial da área de política de desenvolvimento*”, quando surgem a maioria das ONGs atuantes hoje na cooperação internacional para o desenvolvimento; 3) final dos anos 60 e início dos anos 70, momento dos “*novos movimentos sociais*”, com caráter anti-imperialista, contextualizados na guerra do Vietnã; e 4) final dos anos 80, “*como resposta à oferta de subsídios governamentais*”, para contrabalançar uma determinada “*formação de esquerda*” (Menescal, 1996, p.30).

Estaria surgindo, então, a categoria de organizações que ficariam conhecidas como “agências internacionais não-governamentais”, que tiveram papel e importância fundamentais na consolidação das ações voltadas para o desenvolvimento e a transformação social. As ONGs do Norte teriam se sobressaído como atores relevantes por terem demonstrado sua capacidade de dar importantes e decisivas contribuições para a melhoria das condições de vida nos países do Sul (Menescal, 1996).

Nesse ponto, passa a ser interessante observar que a trajetória das ditas ONGs do Sul apresenta marcos distintos e diferenciados, que podem ser apreendidos a partir da análise de fenômenos ocorridos na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, apesar de que não se deve perder de vista que há características peculiares a outras realidades.

Vários autores apontam que as atuais ONGs da América Latina e do Brasil têm sua origem na luta contra a ditadura, que levou à formação de grupos não-partidários como quadro alternativo para a mudança social, principalmente a partir da década de 70 (Álvares, 1999; Gohn, 1997; Landim, 2002a; Landim, 2002b; Oliveira, 2002). Entretanto, algumas diferenças na conceituação de ONGs também revelam posições contrárias sobre esta questão, uma vez

que autores como Gohn (1997), Oliveira (2002) e Landim (2002a) ressaltam que esta história diz respeito a um certo tipo de ONGs, que podem ser consideradas as organizações que, hoje, são mais identificadas pelo termo, mas que não são os únicos tipos relevantes e ativos na ação social, pois entidades com outras formações históricas também são designadas ONGs.

Cabe, portanto, fazer uma menção ao fato que, até o final do século XIX, organizações ligadas à Igreja Católica já atuavam prestando serviços de assistência social, saúde e educação (Landim, 2002b), mas que, segundo Gohn (1997), são de difícil comparação com as ONGs atuais porque a Igreja e o Estado não eram separados por lei. A partir das primeiras décadas do século XX, associações de voluntários começam a se fortalecer e, no momento em que “*o Estado passa a ter papel central na vida das nações*” (Gohn, 1997, p. 53), há, também, uma expansão de seu papel na prestação de serviços assistencialistas, caracterizando, muitas vezes, relações corporativas e clientelistas com organizações que atuavam atreladas a ele (Landim, 2002b). A intervenção social ocorria, primordialmente, por dentro do aparelho do Estado (Landim, 2002,b), que “criou as instituições de intermediação com as ONGs caritativas, como a LBA” (Gohn, 1997, p. 56).

Logo, a o campo de filantropia e ação assistencialista é o mais antigo das ONGs e parece ter caminhado de um modo relativamente paralelo ao daquelas organizações mais recentes que nascem na busca pela democratização, denominadas “*ONGs cívicas*” (Oliveira, 2002, p.51), ou ONGs que atuam no “*campo do desenvolvimentismo*” e no “*campo da cidadania*” (Gohn, 1997, p. 56).

De toda forma, a história desses tipos diferenciados de ONGs, que serão melhor caracterizados mais à frente, se mistura, mas passa pela formação de redes de organizações que tinham o apoio da Igreja, distinguiram-se das práticas essencialmente assistencialistas e estabeleciam relações próximas com as agências de cooperação internacional não-governamentais a partir dos anos 70 (Landim, 2002b).

3. ATUAÇÃO MILITANTE E O FENÔMENO DE EXPANSÃO DAS ONGS

A partir da década de 70, portanto, começaram a ser formados, no Brasil, Centros de Educação Popular, que iam adquirindo legitimidade a partir do relacionamento com grupos e movimentos populares, com a predominância de paradigmas marxistas, de educação freiniana, e frutos dos movimentos cristãos (Landim, 2002b). A Teologia da Libertação e a educação popular de Paulo Freire marcam esta época, na qual os movimentos sociais tinham grande força e poder de ação (Álvares, 1999; Landim, 2002a; Gohn, 1997).

A atuação das ONGs se estrutura em “*um contexto em que sociedade civil tende a se confundir, por si só, com oposição política*” (Landim, 2002b p.25), quando surgiam relações cada vez mais próximas com os movimentos sociais, que nascem e se fortalecem como símbolos de resistência à opressão econômica, social e política. Os movimentos atuavam como um canal político alternativo, visando mudar a natureza do Estado, principalmente a partir do momento em que aumenta a consciência de que o discurso desenvolvimentista neoliberal não era adequado e não trazia os resultados proclamados (Álvares, 1999). As ONGs desenvolvem, portanto, ao final dos anos 70 e início dos anos 80, um aspecto reivindicatório e militante, atuando juntamente aos movimentos sociais em busca de mudanças estruturais do modelo econômico, por meio do protesto e da resistência, mas com uma natureza cívica e não-violenta (Álvares, 2000; Gohn, 2000)

Oliveira (2002) mostra que as ONGs tornavam-se intérpretes da crescente complexidade da sociedade brasileira, introduzindo processos e identificações na agenda política, simbólica e material, uma vez que a ditadura, por seu caráter eminentemente simplificador, não conseguia processar tal complexidade. O autor resalta que muito disso foi “*importado*” das fundações internacionais e das relações norte-sul, o que o leva a concluir que “*as ONGs e*

suas relações internacionais” colocaram “a sociedade brasileira em compasso com as novas complexidades e seus paradigmas, gerados primariamente alhures” (Oliveira, 2002, p.53).

Landim (2002a) também assinala que as relações com determinadas agências européias, canadenses e norte-americanas que financiaram as ONGs brasileiras, primordialmente não-governamentais e com grande participação das igrejas cristãs, são parte essencial de suas origens e história. E, nesse contexto, as emergentes ONGs do Sul estavam prestando assessoria, apoio e estrutura aos movimentos sociais, nas mais diversas áreas, através de projetos de capacitação, formação e articulação (Álvares, 2000; Landim, 2002a). Mas, da década de 80 em diante, as ONGs, que procuraram “*criar autonomia e distinção com relação aos espaços eclesiais e ao campo da assistência*” em décadas anteriores, passam por outro momento de definição de sua autonomia em relação aos “*movimentos e organizações com os quais se misturavam e cuja dinâmica de interesses e agentes os invade*” (Landim, 2002a, p. 232). Assim, “*as ONGs deixam de ser meros apoios e passam a ter centralidade, pois a nova era irá exigir novas relações sociais entre o Estado e a sociedade civil*” (Gohn, 1997, p. 57)

Portanto, em meados dos anos 80, os centros começam a se articular para a “*apropriação*” do termo ONG, “*algo com valor simbólico de mercado e que tem determinações dadas internacionalmente*” (Landim, 2002a, p. 233).

A autora ressalta que a construção da autonomia das ONGs, ou melhor, dos “*centros*”, em relação aos movimentos sociais implicou grande investimento de esforço e tempo e não significou que elas deixaram “*de se identificar com determinado pólo do campo político de oposição*”, nem que tivesse havido um corte das ligações existentes (Landim, 2002a, p.253). As ONGs respondiam a exigências de institucionalização, dentre as quais tiveram um lugar de destaque as relações com as agências financiadoras e a lógica dos projetos mediadores (Landim, 2002a).

Álvares (1999) lembra que a legalização dos partidos e grupos políticos ao final dos anos 70 e a transição democrática no começo dos anos 80 também fizeram com que os movimentos sociais perdessem forças, abrindo um momento próspero para as ONGs intermediárias de projetos. Com a nova conjuntura política de institucionalização da democracia, portanto, a ala do movimento popular não combativo estaria se ampliando, centrando-se mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana (Gohn, 1997).

Gohn (1997) acredita que a emergência das ONGs e suas redes foi proporcional à diminuição dos movimentos sociais organizados. O movimento social mais combativo, que começava a ficar fragilizado e fragmentado, não era condizente com as exigências das políticas de parcerias com o setor público, o que limitava os recursos financeiros disponíveis, já que os financiamentos internacionais estavam cada vez mais escassos para as ações que desempenhavam (Gohn, 1997). E, por outro lado, as ONGs começavam a criar novas possibilidades em termos de relações sociais e de formas de produção, o que ocasionou a substituição das ações organizadas pelos movimentos sociais por ações em torno de redes de trabalho e experiências concretas, por meio de parcerias e interações mediadas pelas ONGs (Gohn, 1997).

Todas estas questões comporiam os “*elementos constitutivos das ONGs*” (Landim, 2002a, p. 222), caracterizados por “*três feixes de relações: para baixo, com as bases; horizontalmente, entre si; e, para cima, com as agências de cooperação*” (Landim, 2002b, p. 27). E, portanto, no final dos anos 80 e começo dos anos 90, as ONGs diversificam temáticas e sub-redes, consolidando uma identidade e nome, caracterizando que ONG não é movimento e não substitui o Estado, formando um forte e enraizado capital de relações (Landim, 2002b).

Alguns fatores contribuem para esse processo, como a participação das ONGs na Cúpula Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e nas demais Conferência Sociais organizadas pela ONU durante a década de 90, como foi mencionado no capítulo anterior. Na Eco-92, particularmente, houve uma atenção especial,

inclusive da mídia, à reunião paralela organizada pelas ONGs, que começaram a ser percebidas como atores expressivos e diferenciados. Começam a ser estabelecidas “*instâncias das quais se fala em interesses comuns: reuniões, colóquios, publicações, consultas desenvolvem-se internacionalmente*” (Landim, 2002a, p. 234). Organizações com origens distintas “*se descobrem participantes de trajetórias e estilos de trabalho semelhantes*” e fica evidenciado que “*havia claramente uma ‘gente de ONGs’*” (Landim, 2002a, p. 234).

Como aponta Álvares (1999), há uma expansão das ONGs em número e diversidade, com algumas estatísticas apontando para 30.000 no mundo, 11.000 na América Latina e 1.200 no Brasil. Gohn (1997), por outro lado, mostra os resultados obtidos por fontes diferentes para o número de ONGs no Brasil, citando que “*o ISER calculou, em 1986, a existência de 1041 organizações (...) a revista Veja calculou, em fevereiro de 1994, mais de 5000 ONGs no país*”, o que a leva a concluir que “*o número de ONGs no Brasil é uma incógnita*” (Gohn, 1997, p.63). Como não existe um conceito universal de ONGs, os números também não são consensuais, e não se sabe ao certo qual é de fato o universo de ONGs presentes nas diversas regiões do planeta.

Todavia, há uma constatação do fenômeno de organização da sociedade civil nas mais diversas áreas temáticas e instâncias decisórias da sociedade, sendo um fato incontestável a emergência de um número cada vez mais expressivo de organizações não-governamentais como atores sociais estruturados. As ONGs passam a desdobrar-se em conjuntos temáticos referidos a grupos sociais recortados de forma diversa (Landim, 2002a), atuando em temas tão distintos como direitos de crianças e adolescentes, meio-ambiente, saúde da mulher, exclusão digital, questões rurais, direitos humanos, erradicação da pobreza, denúncia de corrupção, inclusão social, anti-racismo, tecnologias locais alternativas, violência urbana e doméstica, e muitos outros, podendo apresentar características organizacionais e gerenciais diversas.

A International Classification of Non-profit Organizations, citada por Hudson (1999) permite identificar a abrangência das áreas de atuação das ONGs: cultura e recreação; educação e pesquisa; saúde; serviços sociais; meio ambiente; desenvolvimento e habitação; lei, direito e política; intermediários para filantropia e promoção de voluntários; atividades internacionais; religião; negócios, associações profissionais e sindicatos; e outras não classificadas. Assim, as ONGs assumiam um papel cada vez mais abrangente na sociedade nacional e mundial.

4. IDENTIDADE NA HETEROGENEIDADE?: O DILEMA DAS ONGs TRANSNACIONAIS

Álvares (1999) ressalta que os estudos recentes a respeito das ONGs têm enfoque em disciplinas e campos específicos quando a abordagem interdisciplinar, apesar de ser a mais difícil, seria a mais importante. As tipologias dariam ênfases diferentes, tais como função, origem e propósitos, formando categorias excludentes, sem levar em conta que as ONGs, freqüentemente, têm papéis múltiplos.

A mesma afirma que a característica diferencial principal das ONGs seria a sua *função* na defesa dos direitos dos cidadãos e na promoção do desenvolvimento. Assim, a autora identifica os seguintes tipos principais de ONGs:

ONGs doadoras: conhecidas muitas vezes como agências internacionais, não lidam com as comunidades locais diretamente; influenciam políticas nacionais e globais, com o objetivo de promover o desenvolvimento humano; atuam com foco em determinados países e regiões; operam a partir da sede nos países desenvolvidos;

ONGs guarda-chuva: têm a mesma função que as ONGs doadoras, mas não operam apenas da sede, pois têm filiais nos países em desenvolvimento nos quais atuam.

ONGs intermediárias: articulam o direcionamento de recursos e a troca de informações entre os doadores e a comunidade; seus membros não são os beneficiários; têm preocupações com o bem-estar e com a construção de capacidades; podem prestar serviços diretos; fazem a ponte de ligação entre as agendas internacional, nacional, regional e local; leva as preocupações locais aos doadores e determinadores de política; fazem a articulação em rede da base;

Organizações de base: agregam indivíduos no nível da comunidade, são formadas pelos próprios beneficiários, têm ação localizada; fazem contato com as ONGs doadoras e guardachuva por meio das ONGs intermediárias, pois não têm os meios e a capacidade necessários para lidar diretamente.

Importante observar que cada um desses tipos de ONGs estabelece relacionamentos distintos entre si e com os demais atores da cooperação internacional, fato que será analisado mais à frente.

Seguindo um pouco a mesma linha, Martínez (1997) classifica por *níveis de atuação* a intervenção dos diversos grupos humanos nos projetos de cooperação para o desenvolvimento:

Nível da ação local: composto por organizações de representação, organizações comunitárias e organizações de caráter associativo Assumem funções técnicas, de organização e de representação;

Nível de apoio à realização: atuam em colaboração com outros atores, garantindo a participação dos beneficiários, articulando outros atores locais e fazendo contato com os financiadores. Podem ser instituições especializadas em uma área; organizações pluridisciplinares; federações e sindicatos; ou coordenadoras regionais e setoriais de organizações;

Nível de ajuda financeira: conhecidas como ONGs do Norte, apóiam projetos de desenvolvimento realizados por organizações locais do Sul; realizam projetos de desenvolvimento no Sul; ou se articulam com filiais no Sul. Além das ONGs, são citados também os Estados do Norte e as organizações internacionais, cuja maioria tem cooperação com as ONGs de ajuda, bem como alguns novos operadores, como empresas, organizações profissionais, municípios, dentre outros.

Martínez (1997) mostra que, historicamente, podem ser identificadas três situações: um grupo ou pessoa concentrava os três níveis; a ONG do Norte dava apoio e ajuda financeira e o interlocutor local agia; ONG do Norte fornece ajuda financeira, ONG do Sul apóia e organização local age. Todavia, o autor ressalta que, na prática, existem modelos mistos (Martínez, 1997).

Gohn (1997), por sua vez, identifica três campos de atuação e, então, classifica as ONGs atuantes no Brasil nos anos 90 a partir dessa tipologia:

ONGs caritativas: atuam no campo do assistencialismo, por meio da filantropia, que é o campo mais antigo das ONGs. Podem ser caracterizadas por programas de distribuição de alimentos, roupas e remédios, que solidificou o perfil de entidades internacionais como a Cruz Vermelha e a Care International, ou por organizações que atendem a setores carentes da sociedade. Apesar de terem surgido, primordialmente, quando não havia espaço para políticas públicas assistenciais, como no começo do século XX, voltam a ter grande expressão na atualidade, recriando um cenário urbano da assistência a partir de categorias como menor, mulher, negros, terceira idade, dentre outros;

ONGs desenvolvimentistas: articulam-se em redes de caráter internacional que se fortaleceram com as propostas de intervenção no meio ambiente, sendo a Eco-92 um marco nesse sentido. Origem da maior parte das ONGs da América Latina, surgiram nos anos 70 a partir dos programas de cooperação internacional com as agências de fomento públicas e privadas;

ONGs cidadãs: voltadas para a reivindicação de direitos, atuam no espaço urbano, tanto no campo popular como no não-popular. O campo da cidadania se consolida a partir de movimentos sociais que lutam por direitos sociais, sendo o campo mais recente entre as ONGs latino-americanas. Construídas a partir da emergência de formas de organização da sociedade civil, têm nas campanhas educativas e denunciadoras sua principal arma.

A autora pondera que, apesar de haver uma seqüência histórica entre os três tipos de ONGs, “*na atualidade eles coexistem no tempo e, às vezes, no mesmo espaço*” (Gohn, 1997, p.55). Importante observar, ainda, que Gohn (1997) identifica também o tipo “ONGs ambientalistas”, que têm maior visibilidade urbana, contribuindo para mudar o perfil das cidades brasileiras, mas que não correspondem a um campo de atuação específico, o que permitiria classificá-las como ONGs desenvolvimentistas, em alguns casos, e como ONGs cidadãs, em outros.

A cooperação não governamental, segundo Aristizábal (1997), é aquela “*realizada pelas ONGs de Desenvolvimento (ONGD), as quais surgem no seio da sociedade civil devido a motivações de caráter ético, político ou religioso*” (p.278). a própria autora completa, ainda, que as motivações também podem ser internacionais, universitárias ou solidárias, que provêm de movimentos sociais e das organizações de cooperação para desenvolvimento (Aristizábal, 1997). Assim, a autora identifica quatro gerações das ONGDs do Norte: Assistencialistas: surgem no pós-2ª Guerra, com a concepção de emergência e assistência ao processo de reconstrução; Desenvolvimentistas: emergem nos anos 60, atuam transferindo recursos para o Sul e sensibilizando a sociedade do Norte sobre o Sul; Denúncia Social: atuantes a partir dos anos 70, procuram aumentar a participação política, fortalecer a sociedade civil e denunciar; Empowerment: a partir dos anos 80, as ONGs começam a se preocupar com o desenvolvimento sustentável, ação em redes, interdependência, denúncia e pressão política.

Aristizábal (1997) identifica, ainda, quatro categorias para as denominadas ONGs do Sul, que adquirem a seguinte classificação: ONGs de ação direta: têm inserção nas bases sociais e trabalha primordialmente com assistência social; ONGs intermediárias: solicitam recursos e ajudas, estabelecem relações, prestam assessoria técnica, organizacional e financeira; ONGs de estudo: fazem análises de conjuntura, prestam assessoria a governos e outros órgãos; ONGs de Direitos Humanos: formam redes importantes em vários países.

Interessante observar como as gerações de ONGs propostas por Aristizábal (1997) são similares às considerações de Gohn (1997), assim como as tipologias de Álvares (1999), Martinez (1997) e Aristizábal (1997) em relação à função, aos níveis de ação e às categorias das ONGs do Sul, respectivamente, são complementares.

Existem, ainda, outras possibilidades de categorização que subdividem as ONGs e demais organizações do Terceiro Setor de acordo com questões mais administrativas e relacionadas ao tipo de trabalho desenvolvido. Hudson (1999), por exemplo, classifica as entidades do Terceiro Setor por finalidade ou propósito, por fonte principal de recursos, e por composição do conselho. Tal classificação também parece ser pertinente para as ONGs, uma vez que a conjugação dessas categorias permite definir tipos específicos de instituições que podem ajudar a compreender de uma maneira diferente as atividades desempenhadas.

Segundo o autor, na classificação por *propósito*, as organizações podem fornecer serviços, fornecer apoio mútuo, ou realizar campanhas para mudanças, sendo que algumas instituições podem pertencer a duas ou até três categorias. Por outro lado, as organizações podem obter seus *recursos* com a venda de produto ou serviço, por meio de subsídios, doações e captações de recursos, ou a partir de taxas e mensalidades dos associados. Apesar de poderem ter várias fontes de recursos, normalmente as organizações têm uma ou duas principais, que correspondem à maior parte do que entra no caixa. E, no que diz respeito à composição do *conselho*, ele pode ser formado por especialistas, por usuários do trabalho eleitos pelos associados, ou por indivíduos interessados na causa da instituição (Hudson, 1999). Na maioria

das vezes, as organizações combinam, respectivamente, os seguintes propósitos, fonte de recursos e composição do conselho: serviço - venda – especialistas; apoio mútuo - associados – usuários; e campanhas - associados/doações – interessados, por darem maior coerência à estrutura organizacional da instituição (Hudson, 1999).

Conforme Hudson (1999), as organizações prestadoras de serviços constituem a grande maioria do Terceiro Setor e existem em função de garantir que todas as suas áreas estejam voltadas para procurar, ouvir e responder às necessidades dos beneficiários. Já nas organizações de apoio mútuo, os usuários beneficiados seriam os seus próprios membros, que também controlam a administração da instituição e influenciam sua cultura com a ênfase na causa defendida (Hudson, 1999). E o autor ressalta, ainda, que as instituições que organizam campanhas existem em menor número no universo do Terceiro Setor, mas conseguem ter impactos significativos na sociedade em função sua liderança, criatividade e atuação política (Hudson, 1999). As ponderações feitas por Hudson (1999), além de ajudarem a caracterizar as ONGs, também contribuem para a compreensão das dificuldades apresentadas pelo advento do Terceiro Setor, já que trouxe uma série de organizações distintas para um conceito único, que, como visto, fogem da atuação primordial das ONGs.

As diversas tipologias de ONGs apresentadas até então fundamentam-se, predominantemente, nas formas e características de ação das organizações. Mas é interessante observar que em termos jurídicos, no Brasil, as ONGs e demais entidades do Terceiro Setor constituem-se, essencialmente, como associações ou como fundações, após a entrada em vigor, em 11 de janeiro de 2003, do novo Código Civil (Lei Federal 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Foram extintas as sociedades civis sem fins lucrativos, mas existem, ainda, os sindicatos e cooperativas, regidos por legislações específicas, mas que não representam, hoje, a atuação mais significativa do Terceiro Setor.

As associações são organizações formadas pela reunião de um grupo de pessoas com o objetivo de atuar com uma finalidade comum, ou seja, *“pessoas que se organizam para fins não econômicos”* (Novo Código Civil, art. 53). Por outro lado, as fundações de direito privado são formadas no momento em que é dada personalidade jurídica a um determinado patrimônio privado para cumprir um fim específico de interesse coletivo. Assim, segundo o art. 62 do Novo Código Civil, *“para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la”*. O parágrafo único do mesmo artigo, por fim, estabelece que *“a fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência”*.

Apesar de a grande maioria das entidades sociais serem associações, pois, assim, não dependem da existência de um patrimônio ou de um instituidor, as fundações, normalmente, são organizações mais estruturadas, com maior visibilidade e credibilidade, pois o Ministério Público vela para que seu patrimônio de fato seja aplicado em conformidade à sua finalidade, fiscalizando a gestão financeira e supervisionando o trabalho e as decisões importantes de diretorias ou conselhos das fundações.

Essa distinção jurídica é importante por demonstrar que a própria ausência de tipologias mais específicas reconhecidas legalmente contribui para a dificuldade de se identificar as ONGs com maior precisão dentro do contexto da ação social. Nesse sentido, passa a ser extremamente relevante buscar pontos que permitem diferenciar as ONGs das demais entidades da sociedade civil.

Uphoff (1996) destaca, por outro lado, que, embora haja uma tendência de se igualar ONGs e demais entidades sociais, uma avaliação mais cuidadosa aponta para gradações entre as diversas organizações, que variam desde as manifestações mais primárias do cooperativismo rural às sofisticadas estruturas das ONGs transnacionais.

O interesse crescente pelas ONGs nem sempre se apóia, portanto, em um conhecimento consistente do seu papel e trabalhos efetivamente desenvolvidos, o que, normalmente, leva as ONGs a encarem com preocupação e espírito crítico análises que valorizam o seu papel frente a outros atores, pois podem criar expectativas para as quais não estão preparadas para cumprir (Durão, 1995).

5. MUDAR TUDO PARA PERMANECER TUDO COMO ESTÁ: PROATIVIDADE LOCAL E REATIVIDADE GLOBAL NA AÇÃO DAS ONGs

Gohn (1997) lembra que, ao serem demandadas, as ONGs cresceram e ampliaram a sua base de estruturação, passando a “*se articular com órgãos congêneres de outros países, a desenvolver projetos próprios e a buscar financiamentos em agências internacionais*” (Gohn, 1997, p. 62). Mas a autora ressalta que, dentro dessa perspectiva, a lógica de ação das ONGs tem se baseado na ação racional, principalmente porque passam a operar em função de projetos específicos que recebem verba e apoio financeiro internacional (Gohn, 1997).

Assim, segundo Gohn (1997), a dependência de recursos disponíveis - que oscilam com a conjuntura econômica - estaria acirrando os mecanismos de competição, tornando as ONGs locais pragmáticas e preocupadas com a qualificação de seus produtos. A ação reivindicativa tradicional, característica dos anos 80, estaria transformando-se em ações solidárias alternativas e mudando radicalmente o paradigma da ação social coletiva, que passa a ser articulada em grupos organizados e institucionalizados, que atuam por meio de projetos, propostas de soluções, sugestões, planos e estratégias de execução das ações demandadas, intermediados pelas ONGs (Gohn, 1997). As ONGs adquirem, portanto, o papel principal nesse processo, e o poder público transforma-se em agente repassador de recursos.

Esse novo paradigma estaria gerando “*redes de poder social local*” (Gohn, 1997, p. 36), formadas pelas lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena e pelos técnicos das ONGs, normalmente mais preocupados com a eficiência das ações e com os êxitos dos projetos.

Tudo isso leva a autora a sintetizar que as ONGs não atuam na linha da militância e da politização da sociedade civil, como os movimentos sociais, sendo que apenas as ONGs cidadãos evocam o mundo da política e do ativismo (Gohn, 1997).

Oliveira (2002) também acredita que, com a institucionalização da democracia, os papéis dos atores sociais ficaram embaralhados e sem rumo, e as ONGs estariam privilegiando a atuação de ajuda humanitária em detrimento de seu lado democratizante. A nova sociedade teria digerido a complexidade e transformado o novo em normalidade e, nesse contexto, as ONGs da democratização estariam administrando o possível para minorar a pobreza, se misturando com entidades com as quais têm pouco em comum e perdendo o espaço ocupado eficaz e brilhantemente durante a ditadura (Oliveira, 2002). Estaria havendo, portanto, um reducionismo, com a anulação da diferença e aspiração de univocidade, quando, na verdade, deveria haver uma busca de heterogeneidade, distinguindo a diversidade de vozes e perspectivas (Oliveira, 2002).

Landim (2002b) entende que está reinando uma “*elasticidade semântica*” (p.22), e as ONGs estariam novamente tentando se diferenciar dos outros atores, pois, quanto mais a sigla e o nome são reconhecidos, mais estão se esvaziando de significados específicos. Estaria havendo um uso corrente e generalizado do termo ONG, com um emprego neutro e indiscriminado, sendo sinônimo de qualquer organização privada voltada para a ação social (Landim, 2002b). Gohn (1997) aponta que “*o denominador comum das ONGs parece ser sua razão social de fins não lucrativos*” (p.55).

Essas afirmações trazem à tona a discussão da atual busca de identidade das ONGs, que permeia a análise de diversos autores, com pontos de vista distintos. Muitas críticas têm sido

feitas à mudança de escopo e característica de atuação das ONGs, mas, também, percebe-se que a dificuldade de se determinar um conceito claro do que é ONG tem ocasionado a incorporação de diversas entidades com propósitos e trajetórias muito distintos em um mesmo arcabouço, levando a um questionamento ainda maior com o advento do termo “Terceiro Setor”, que parece contribuir para a homogeneização de entidades intrinsecamente heterogêneas. Ou seja, *“Terceiro Setor se transformou numa daquelas expressões que pretendem explicar tudo e podem não explicar nada, carregando muitas contradições em si”* (Teodósio, 2002, p. 13).

Situado entre o Estado (Primeiro Setor) e o Mercado (Segundo Setor), o Terceiro Setor seria composto por entidades que variam desde associações comunitárias, fundações empresariais e instituições filantrópicas até ONGs e movimentos sociais organizados (Teodósio, 2001). Ou seja, apesar de serem organizações de direito privado, têm caráter público, o que as diferencia tanto do Estado, instituição pública com fim público, quanto do mercado, cujas entidades são privadas com fins privados (Fernandes, 1994). O Terceiro Setor seria, então, o marco conceitual que caracterizaria as entidades que podem ser caracterizadas *“pela não-lucratividade como finalidade”* e que *“constroem estratégias centradas na busca de melhorias para a comunidade como um todo ou para grupos específicos da população”* (Teodósio, 2002, p. 29).

Landim (2002b) aponta que Terceiro Setor tem sido considerado sinônimo de sociedade civil, sendo um termo não neutro, de procedência norte-americana, sem densidade conceitual, que dilui a idéia de conflito e esvazia a dinâmica política. As concepções hegemônicas estariam ocultando a diversidade de interesses e objetivos do campo associativo, passando a ser objetos de marketing na venda de projetos, descaracterizando o papel anti-sistêmico das ONGs (Landim, 2002b).

Gohn (2000) assinala que, a partir dos anos 90, estariam surgindo as ONGs do Terceiro Setor, que: atuam segundo a lógica do mercado de busca de resultados a partir da articulação de atores plurais; lutam apenas para incluir os excluídos, atuando no resultado das práticas neoliberais, sem questionar a estrutura; consolidam um espaço apolítico, marcado pelo voluntarismo e individualismo; adotam um discurso próximo das agências financeiras internacionais; adquirem maior proximidade do governo e menor articulação com redes de cooperação internacional; trabalham com financiamento *ad hoc*; recebem transferência de fundos estatais; não geram a construção de novos espaços geográficos; articulam-se por temas, e não por região; e preocupam-se com resultados no curto prazo.

Estaria sendo veiculada, também, a idéia de que as organizações sem fins lucrativos do Terceiro Setor estão substituindo o Estado nas questões sociais, o que as caracterizaria como panacéias - quando, na verdade, esta seria uma identidade atribuída pelo pensamento liberal -, e isto estaria facilitando a omissão do governo, autorizando, em parte, a retirada do Estado da esfera social (Aristizábal, 1997; Gohn, 1997; Landim, 2002b).

Gohn (1997) postula que as orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, enquanto tendência que se fortalece nos países industrializados do Terceiro Mundo, estaria transferindo *“responsabilidades do Estado para as ‘comunidades’ organizadas, com a intermediação das ONGs”* (p. 34). E as experiências de trabalho cooperativo que surgem da interação entre o público estatal, o público não-estatal e, às vezes, a iniciativa privada, estariam *“dando origem ao chamado terceiro setor da economia, no âmbito informal”*, e o *“padrão de desenvolvimento que se instaura legítima a exclusão como uma forma de integração”* (Gohn, 1997, p.34-35).

Por outro lado, autores como Fernandes (1997) apresentam uma concepção de Terceiro Setor que incorporam algumas questões consideradas intrínsecas à atuação das ONGs, por entender que

o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (Fernandes, 1997, p.27).

Mas, apesar de muitos tomarem por sinônimos os termos Terceiro Setor e ONG, entende-se que a última é apenas uma das partes que compõem o todo daquele. As ONGs teriam características específicas, como a luta pela renovação do espaço público e pela humanização do capitalismo, que nem sempre estão presentes em outras as instituições que também compõem o Terceiro Setor, tais como algumas associações de bairro ou fundações empresariais (Durão, 1995).

Menescal (1996) destaca que as ONGs têm um fim específico e suprem a sociedade de bens coletivos, públicos e sociais que nem o Estado nem o mercado são capazes de suprir (e não para compensar necessidades que os outros setores são deficientes em suprir), tendo, também, uma função sócio-política, já que, além de defenderem as necessidades de grupos marginalizados, elas lutam por mudanças sociais globais e buscam uma divisão significativa de poder em benefício dos necessitados, influenciando políticas públicas, fornecendo imaginação e criatividade ao processo político.

Durão (1995b) também acredita que o trabalho das ONGs tem um sentido transformador, crítico e propositivo. Landim (2002a), por outro lado, apresenta aspectos ainda mais específicos que permitem uma caracterização detalhada das ONGs, consideradas organizações com razoável grau de independência em sua gestão e funcionamento e criadas voluntariamente.

Para Weiss e Gordenker (1996), as ONGs seriam organizações formadas por relações duráveis, vinculadas e voluntárias entre indivíduos para produzir um produto específico, com técnicas especiais. Segundo os autores, elas têm objetivos, operações e conexões transnacionais e são organizações formais privadas - no sentido de que são separadas do governo -, que não buscam lucro, se auto-governam e pretendem continuar existindo, pois não são *ad hoc* (Weiss e Gordenker, 1996).

Conforme Oliveira (1999), a multiplicação das organizações de cidadãos e a crescente visibilidade de suas atuações estariam ocasionado a difusão do termo ONGs, que têm como objeto as grandes questões atuais e são consideradas promotoras da diversidade e da participação. Para o autor, seu poder residiria exatamente na influência que têm sobre a opinião pública, os governos e as instâncias internacionais, alimentado pelo poder que os cidadãos têm de propor, denunciar e cobrar (Oliveira, 1999).

Logo, apesar de também não haver uma definição consensual do que são as ONGs, elas podem ser entendidas como grupos sociais sem fins lucrativos, pertencentes ao âmbito da sociedade civil, organizados formalmente, que possuem certa autonomia e têm objetivo público voltado para as questões sociais. As ONGs seriam, portanto, construtoras de um olhar diferente sobre a sociedade, na medida em que o termo ONG parece ter adquirido um significado político importante, socialmente construído e usado para definir as entidades que atuam em busca de um fortalecimento da cidadania por meio da ampliação de direitos e da transformação social, tendo compromisso direto com a democratização e a luta contra a pobreza e a exclusão.

Mas, como foi mencionado anteriormente, a tendência de se transformar tudo em calculabilidade da viabilidade de projetos estaria tendendo a transformar as ONGs em administradoras do consenso, da pobreza e dos recursos para reprodução dessa lógica, o que seria uma derrota das ONGs que nasceram compromissadas com a democracia (Oliveira,

2002). Ao invés de buscar a erradicação da pobreza, estariam sendo levadas a cabo pelas ONGs ações de alívio da pobreza (Aristizábal, 1997), e, para tanto, contribuem as pressões vindas do Banco Mundial, dos fundos internacionais, de ONGs internacionais como a Fundação Ford, a Novib, a Oxfam e outras que muito ajudaram no passado e hoje cobram realismo e viabilidade (Oliveira, 2002). Oliveira (2002) acredita, então, que as ONGs da democratização estariam sendo chamadas para uma nova construção, uma nova decifração da complexidade, que subjuga os outros significados, sendo condição para tal a radicalidade da denúncia, e não a modernidade da competência.

Segundo Landim (2002b), as ONGs estariam enfrentando, nesse processo, três dilemas: a diferenciação do fortalecimento da sociedade civil em relação à lógica privatista de minimalismo estatal, de cunho neoliberal; a dificuldade de lidar com a contraposição entre a defesa de identidade específica e o papel preponderante na defesa de interesses públicos, sendo que a opção pela universalidade parece ser mais condizente do que uma postura corporativista; e a forma de conciliar a filantropia séria com a orientação fiscalista dos governos. Muita tensão e movimentos contraditórios estariam presentes nesse processo, o que leva a autora a concluir que os rumos não estão claros, uma vez que as ONGs encontrar-se-iam em uma encruzilhada, pois a diluição de sua identidade convive com o espaço para sua reafirmação (Landim, 2002b).

Weiss e Gordenker (1996) também alertam para o fato que o termo ONG estaria sendo ameaçado por seus usos alternativos, o que, para os autores, demanda a compreensão de alguns de seus pontos básicos para uma melhor caracterização. Deste ponto em diante, portanto, serão identificados alguns aspectos primordiais das ONGs que permitem diferenciá-las em tipologias distintas.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVARES, DAGNINO & ESCOBAR, 2000. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ÁLVARES, L. C. **Classifying intermediary non-governmental organizations according to their strategies to empower local grassroots groups**. 1999. 2v. Tese (Doctor of Philosophy) - University of Illinois at Urbana-Champaign, 1999.
- ÁLVARES, L. C. ONGs: uma alternativa aos descaminhos do desenvolvimento. In: **Caderno Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v.5, n. 10, p.39-62, jan./jul. 2000.
- AMORIM, C. L. Perspectivas da Cooperação Internacional. In: MARCOVITCH, J. (org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora USP, 1994, p.147-163.
- ARISTIZÁBAL, A. La cooperación internacional para el desarrollo. In: BAYO, P. & ARISTIZÁBAL, A. (et al). **Introducción a la cooperación para el desarrollo: una propuesta curricular para la promoción de la educación al desarrollo en la universidad**. Valencia: Servicio de Publicaciones, 1997, cap. 10.
- BAYO, P. & ARISTIZÁBAL, A. (et al). **Introducción a la cooperación para el desarrollo: una propuesta curricular para la promoción de la educación al desarrollo en la universidad**. Valencia: Servicio de Publicaciones, 1997.
- BEBBINGTON, A. Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina. In: HADDAD, S (org.) **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002, p. 93-118.
- CARVALHO, N. V. O terceiro sujeito: um novo ator para um velho cenário. In: DOWBOR, L.; IANNI, O. & RESENDE, P. E. **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 199-214

- DOWBOR, L.; IANNI, O. & RESENDE, P.(orgs.) **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DURÃO, J. E. S. Introdução. In: BAILEY, M e LANDIM, L. **Agências internacionais não governamentais de desenvolvimento atuando no Brasil**: cadastro. Rio de Janeiro: ISER; Recife: OXFAM, 1995 a.
- DURÃO, J. E. S. Perspectivas de parceria com a cooperação internacional. In: **Cadernos ABONG**, n. 9, ago. 1995 b.
- EDWARDS & HULME (orgs.), **Beyond the magic bullet**: NGO performance and accountability in the post cold war world. Connecticut: Kumarian Press Inc., 1996.
- ELEMENTS for an agenda of the South**: report of the Non-Aligned Movement Ad-Hoc Panel of Economists to the Twelfth NAM Summit, Durban, South Africa, 1998. South Centre: 1999.
- FALK, R. The making of global citizenship. In: STEENBERGEN, B. **The condition of citizenship**. London: Sage, 1996.
- FERNANDES, R. C. O que é o Terceiro Setor? In: **3º Setor**: desenvolvimento social sustentado. Ioschpe, E. (et al.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 25-33.
- FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- FLORINI, A. & SIMMONS, P.J. What the world needs now? In: **The third force**: the rise of transnational civil society. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2000, cap.1, p. 1-15.
- GOHN, M. G. **Mídia, 3º Setor e MST**. Petrópolis: Vozes,2000.
- GOHN, M. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, caps. 3 - 4.
- HUDSON, M. **Administrando organizações do Terceiro Setor**: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.
- INOUE, C. Y. A. Bases para um novo pacto de cooperação. In: **Cadernos ABONG**, n. 17, jul. 1997.
- IOSCHPE, Evelyn B. (org.) **3º setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KÖNZ, P. Financiamento oficial da cooperação técnica internacional. In: MARCOVITCH, J. (org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora USP, 1994, p. 219-272.
- KRASNER, Stephen. Structural causes and regime consequences: regime as intervening variables. In: **International Regimes**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983
- LAFER, C. Política externa brasileira: reflexão e ação. In: MARCOVITCH, J. (org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora USP, 1994, p. 23-46.
- LANDIM, L. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. In: **Les organisations non gouvernementales en lusophonie**: terrains et débats. Paris: Karthala, 2002a, p. 215-239.
- LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, S (org.) **ONGs e Universidades**: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002b, p. 17-50.
- LELE, U.; NABI, I. (orgs.). **Transitions in development**: the role of aid and commercial flows. San Francisco: ICS Press, 1991.
- LOMA-OSORIO, G. F. Proyectos de cooperación para el desarrollo. In: BAYO, P. & ARISTIZÁBAL, A. (et al). **Introducción a la cooperación para el desarrollo**: una propuesta

curricular para la promoción de la educación al desarrollo en la universidad. Valencia: Servicio de Publicaciones, 1997, cap. 11.

MARCOVITCH, J. (org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora USP, 1994.

MARTINEZ, J. I. Proyectos de cooperación para el desarrollo: actores, fases y metodologías. In: BAYO, P. & ARISTIZÁBAL, A. (et al). **Introducción a la cooperación para el desarrollo: una propuesta curricular para la promoción de la educación al desarrollo en la universidad**. Valencia: Servicio de Publicaciones, 1997, cap. 12.

MELA, Alfredo. **A sociologia das cidades**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, cap. 6.

MENESCAL, A. K. História e gênese das organizações não governamentais. In: GONÇALVES, Hebe S. (org.) **Organizações não governamentais: solução ou problema?**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Cap. 1

MENESCAL, A. K. História e gênese das organizações não governamentais. In: GONÇALVES, Hebe S. (org.) **Organizações não governamentais: solução ou problema?** São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Cap. 1

MENEZES, A. Q. Estado, cooperação internacional e construção da cidadania no Brasil. In: **Cadernos do CEAS**, n. 158, p. 35-46, jul./ago. 1995.

MOLLER, A. Organização popular e clientelismo internacional. In: **Caderno do CEAS**, n.133, p. 35-50.

O' BRIEN, R.; GOETZ, ^a; SCHOLTE, J. & WILLIAMS, M. **Contesting Global governance: multilateral economic and global social movements**. Cambridge: University Press, 2000.

OLIVEIRA, F. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização? In: HADDAD, S (org.) **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002, p. 51-62.

OLIVEIRA, M. D. **Cidadania e globalização: a política externa brasileira e as ONGs**. Brasília: FUNAG, Coleção Curso de Altos Estudos, 1999. Cap 1.

PEREIRA & GRAU (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RITS. Financiamento. In: RITS. **Terceiro Setor: os recursos da solidariedade**. Disponível em: <www.rits.org.br> Acesso em: 23 set 2002.

ROQUE, A. O papel das ONGs na diplomacia mundial. In: **PG 77**, fev./mar. 1992, p. 14-16

ROQUE, A. P. **Solidariedade e cooperação internacional: notas sobre o papel das agências não-governamentais no Brasil**. Disponível em: <www.rits.org.br> Acesso em: 5 out 2002.

SLATER, D. Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. In: ÁLVARES, DAGNINO & ESCOBAR, 2000. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 503-533

TENDLER, J. **Bom governo nos trópicos: uma visão crítica**. Brasília: Revan.

TEODÓSIO, A. S. S. Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil. In: **Políticas públicas de apoio sócio-familiar: curso de capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

TEODÓSIO, A. S. S. **O terceiro setor como utopia modernizadora da provisão de políticas sociais: dilemas, armadilhas e perspectivas no cenário brasileiro**. Belo Horizonte: PUC.Minas, 2002 (Dissertação de Mestrado).

TUSSIE & RIGGIROZZI, 2001. **Pressing ahead with new procedures for old machinery: global governance and civil society**. Chicago: 42nd International Studies Association Annual Convention, 20-24 fevereiro, 2001.

UPHOFF, N. Why NGOs are not a Third Sector. In: EDWARDS & HULME (orgs.), **Beyond the magic bullet: NGO performance and accountability in the post cold war world.** Connecticut: Kumarian Press Inc., 1996.

VILLA, R. D. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea. In: **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba: jun. 1999, p. 21-33.

WEISS, T. e GORDENKER, L. (org.) **NGOs, the UN and global governance.** London: Lynne Rienner, 1996.

WHITEHEAD, Laurence. Jogando boliche no Bronx: os interstícios incivis entre a sociedade civil e a sociedade política. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** vol. 14, n.º 41, out. 99, p. 15 - 30.

YOUNG, Oran. Governance without Government. In: **Governance in World Affairs.** Ithaca: Cornell University Press, 1999.